

APRESENTAÇÃO

Aos murmuradores e gente praguenta

No terceiro ato d' *A tempestade*, Próspero vale-se de magia e conduz os náufragos até sua ilha, oferecendo-lhes farta mesa, servida por espíritos. “ – São fantoches com vida”, espanta-se Sebastião: “ – Agora creio/que haja unicórnios, que na Arábia serve /uma árvore de trono à Fênix, /que a reinar lá se encontra neste instante”. Antônio também opina, e confessa crer em “... tudo o mais que de hábito/tem sido posto em dúvida (...) /Os viajantes não mentem, muito embora/na pátria os tolos os acoimem disso”. Quem acalma os ânimos de Antônio é Gonzalo, sábio conselheiro:

*“Ora senhor, não tenhas medo. Quando
nós éramos meninos, quem creria,
porventura, que houvessem montanhese
com barbela de touro na garganta,
a pender-lhe do peito, como um saco
balouçante de carne? Ou gente houvesse
com a cabeça no peito? Ora, tudo isso
nos é prontamente asseverado
pelos viajantes sobre os quais apostas
correm de um contra cinco”.*¹

¹ SHAKESPEARE, William. *A tempestade*, trad. Carlos A. Antunes, Biblioteca Clássica UnB, 1982

Nem todos os viajantes, contudo, descrevem homens sem cabeça ou aves que renascem das cinzas, já que, do outro lado da ficção, espreita a sempre buscada verdade da história, ou – de modo menos enfático – uma quase tangível *melhor versão*, à qual se chegaria, a partir de procedimentos objetivos de *criação*, traçados por um tão ansiado quanto indemonstrável *método historiográfico*. Também sobre isto, muitas apostas correram e vão continuar a correr, opondo crentes e cépticos de vários matizes, os quais se acusam, mutuamente, de acreditar no que não viram ou imaginaram ver, ante a tensão sempre constante que opõe ausência e presença dos objetos históricos; o que *foi* e aquilo que sobrou nos vestígios documentais – em suma, a interpretação.

O problema é muito antigo, aparecendo, por exemplo, no conflito religioso-literário que opôs André Thevet e Jean de Léry, no século XVI, mas é na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1614) que ele aparece com saborosa evidência, conforme se lê no início do capítulo CXIII do livro: “por me temer que particularizando eu todas essas coisas que vimos nesta cidade, a grandeza estranha delas possa fazer dúvida aos que as lerem, e também por não dar matéria a murmuradores e gente praguenta, que querem julgar das coisas conforme ao pouco que eles viram, e que seus curtos e rasteiros entendimentos alcançam, de lançarem juízos sobre as verdades que eu vi por meus olhos, deixarei de contar muitas coisas que quiçá dariam muito gosto a gente de espíritos altos, e de entendimentos largos e grandes (...). Mas por outra parte não porei também muita culpa a quem não me der muito crédito, ou duvidar do que eu digo, porque realmente afirmo que eu mesmo, que vi tudo por meus olhos, fico muitas vezes confuso quando imagino...”². O autor da *Peregrinação* dava-se conta de que o relato constitui a principal ponte entre o

² PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Fac-símile da edição de 1952, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 329.

testemunho direto e o leitor distante; entre a observação presencial e a ausência interpretativa; entre uma possível *verdade* do fato e sua narrativa.

Embora as idéias de Paul Veyne sobre a oposição verdadeiro /verossímil – “a história é uma narrativa de acontecimentos verdadeiros”³ – possam iniciar uma discussão do problema, é interessante lembrar, nesta breve apresentação, a indagação que fez Paul Ricoeur, ao tratar da questão da verdade em história: “aquela história que ocorreu [e que preencheria, portanto, segundo Veyne, a única condição básica “para ter a dignidade da história”] e que interessa ao ofício do historiador, prestar-se-á a um conhecimento na linha da verdade, de acordo com os postulados e regras do pensamento objetivo postos em função nas ciências?”⁴ Para Ricoeur, objetividade é entendida no sentido epistemológico estrito; “é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que por essa maneira pode fazer compreender”,⁵ ou seja, em história, a objetividade só se realiza – tornando-a verdadeira, portanto – quando ela é capaz de explicar (ou convencer), o que não quer dizer que seus procedimentos metódicos sejam os mesmos da física ou da biologia, a começar pelo fato óbvio de que à objetividade do historiador deve corresponder sua própria subjetividade, ou seja, os valores e escolhas que determinam seus passos, em meio aos alicerces monumentais sobre os quais constrói o seu trabalho, aliando pesquisa e erudição, esforço e sensibilidade, confiança e descrença.

Quando o tema são os viajantes, essas questões, aqui apenas esboçadas, ganham cores mais interessantes, já que, desde Heródoto

³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, Lisboa, Edições 70, 1983, p. 22.

⁴ RICOEUR, Paul. *História e verdade*, trad. F. A. Ribeiro, Rio de Janeiro, Forense, p. 9.

⁵ *Idem*, p. 23.

(“Desejoso de saber, interrogo”), o testemunho de quem *viu* e pôs-se a *contar* tem servido à *explicação* da história. Além disso, embora os viajantes contem o que viram, fazem-no sempre a partir de processos de escolha e seleção, e mesmo considerando a insistência dos historiadores em buscar a generalização, os relatos valem, principalmente, como representações da *diferença*, já que – à exceção dos narcisistas, sempre numerosos – as imagens que devemos buscar no espelho dessa forma específica de conhecimento é aquela que nos define pela contemplação do *Outro*. É por isso que os textos de viajantes – trabalhados com maestria neste número especial da *Revista de História Social* – também se prestam à necessária expatriação do historiador, que se desloca através deles para, no retorno, pôr em cena uma terceira e fundamental personagem: o leitor, a quem os relatos – graças à sua mediação – acabam oferecidos.

Esta última instância, a do leitor, é a que oferece menos riscos, já que os comprometimentos dos viajantes e historiadores – cada um, a seu modo, vendo, selecionando, organizando e dando a conhecer – são sempre avaliados em função de sua capacidade de demonstrar, objetivamente, a veracidade do discurso: enquanto Paul Veyne considera que só os fatos verdadeiros podem aspirar à dignidade da história, para Paul Ricoeur, cabe aos historiadores buscar a dignidade da objetividade, construindo, assim, suas próprias verdades.

Depois, resta a sedução dos percursos e das boas viagens que se abrem nas próximas páginas.

Paulo Miceli